



**UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS
CURSO DE BACHARELADO EM CIÊNCIAS SOCIAIS**

PAULO ALBERTO PAIXÃO DOS SANTOS

**PARENTESCO E PODER NA POLÍTICA ALAGOANA:
O CASO DA FAMÍLIA BELTRÃO**

**MACEIÓ-AL
Junho/2022**

PAULO ALBERTO PAIXÃO DOS SANTOS

**PARENTESCO E PODER NA POLÍTICA ALAGOANA:
O CASO DA FAMÍLIA BELTRÃO**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal Alagoas (UFAL), sob a orientação do Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento.

MACEIÓ-AL
Junho/2022

**Catálogo na fonte
Universidade Federal de
Alagoas Biblioteca Central**

Bibliotecária: Jorge Raimundo da Silva – CRB-4 –1528

S237p Santos, Paulo Alberto Paixão dos.
Parentesco e poder na política alagoana: O caso da família Beltrão /
Paulo
Alberto Paixão dos Santos. – 2022.
28 f.

Orientador: Emerson Oliveira do Nascimento..

Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Ciências Sociais) –
Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Instituto de
Ciências Sociais da Universidade Federal Alagoas. Maceió, 2022.

Bibliografia: f. 23-28.

1. Oligarquias – Alagoas. 2. Elites Políticas – Alagoas. 3. Hegemonia
política – Família Beltrão – Alagoas. I. Título.

CDU: 321.15(813.5)

FOLHA DE APROVAÇÃO

Paulo Alberto Paixão dos Santos

Parentesco e poder na política alagoana: o caso da família Beltrão

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado como requisito parcial para a obtenção do título de Bacharelado em Ciências Sociais pelo Instituto de Ciências Sociais da Universidade Federal Alagoas (UFAL), sob a orientação do Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento.

Banca Examinadora:

Prof. Dr. Emerson Oliveira do Nascimento (Orientador)

Prof. Dr. Ranulfo Paranhos dos Santos Filho

Prof. Me. Bruno Cesar Cavalcanti

SUMÁRIO

Resumo.....	04
Abstract	04
Introdução.....	05
Definição e conceito de elite política.....	08
Um breve panorama sobre as elites políticas no Brasil	09
Origem e trajetória eleitoral da família Beltrão na política alagoana	12
Os fatores que contribuíram para manutenção da oligarquia beltrão na política alagoana	19
Considerações finais	24
Referências bibliográficas	25

PARENTESCO E PODER NA POLÍTICA ALAGOANA: O CASO DA FAMÍLIA BELTRÃO

RESUMO

Quais os principais fatores que contribuíram para a hegemonia política da família Beltrão na política alagoana? O objetivo deste artigo é buscar explicar os mecanismos de sobrevivência e perpetuação da oligarquia Beltrão na política alagoana. Diante de um estudo de caso, nossa análise tomou como recorte o período que vai de 1945 até 2020, priorizando a interface desse grupo com a própria redemocratização brasileira. O estudo toma por referência teórica a chamada teoria das elites e os estudos sobre elites políticas no Brasil. No contexto geral, o estudo apresenta um panorama da trajetória da família Beltrão na política alagoana, depois, avança sobre os mecanismos que asseguraram sua extensão e sobrevivência. Concluímos que os principais fatores que sustentaram os Beltrão no poder ao longo desse período foram: a) governismo municipal; b) o controle conjunto de prefeituras; c) a visibilidade do “sobrenome” na política regional; d) a existência de concorrentes com pouca adesão eleitoral e; finalmente, e) coalizões com os governadores e escolhas político-partidárias.

PALAVRAS-CHAVE: Oligarquias; Elites Políticas; Família Beltrão; Alagoas

RELATIONSHIP AND POWER IN ALAGOAN POLITICS: THE CASE OF THE BELTRÃO FAMILY

ABSTRACT

What are the main factors that contributed to the political hegemony of the Beltrão family in Alagoas politics? The purpose of this article is to explain the mechanisms of survival and perpetuation of the Beltrão oligarchy in Alagoas politics. Faced with a case study, our analysis took as a cut the period from 1945 to 2020, prioritizing the interface of this group with the Brazilian redemocratization itself. The study takes as theoretical reference the so-called theory of elites and studies on political elites in Brazil. In the general context, the study presents an overview of the Beltrão family's trajectory in Alagoas politics, then advances on the mechanisms that ensured its extension and survival. We conclude that the main factors that sustained the Beltrão in power throughout this period were: a) municipal governmentism; b) joint control of municipalities; c) the visibility of the “surname” in regional politics; d) the existence of competitors with little electoral adherence and; finally, e) coalitions with governors and political party choices.

KEYWORDS: Oligarchies; Political Elites; Beltrão family; Alagoas

1 INTRODUÇÃO

Teóricos das ciências sociais têm, ao longo do tempo, desenvolvido teorias para explicar os comportamentos individuais, bem como, as dinâmicas de interação entre os sujeitos. Na arena política, onde a interação e os limites cooperativos se fazem ainda mais perceptíveis, o desafio teórico tem sido, quase sempre, desenvolver modelos explicativos que deem conta da influência das relações de poder dentro de jogos decisórios. A chamada Teoria das Elites, é, dentre estes modelos explicativos, um dos mais tradicionais e influentes no campo da Sociologia e da Ciência Política. Em específico, a teoria é entendida a partir do pressuposto de que em toda a sociedade existe e sempre existirá apenas uma minoria que, por várias formas, é detentora do poder, em contraposição a uma maioria que dele está privada (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000).

De acordo com Arruda e Kerbauy (2016) e Monteiro (2009), essa teoria está caracterizada por uma ampla bibliografia que vem fundamentando uma série de estudos sobre as dinâmicas de seleção e operacionalização das elites políticas, tanto que nas últimas décadas, as elites políticas, enquanto um objeto de pesquisa, vêm ganhando força no Brasil e no mundo, marcando presença constante em congressos específicos e em outras reuniões acadêmicas significativas, a exemplo do encontro Anual da Associação Nacional de Pós-Graduação em Ciências Sociais (ANPOCS) e o *World Congress of Political Science*, organizado pela *International Political Science Association* (IPSA), que desde 1971 conta com o *Research Committee on Political Elites* (RC02).

Estudiosos dessa teoria no Brasil como Farias Filho (2011), Pimentel (2014), Codato (2015), Miguel, Marques e Machado (2015), Arruda e Kerbauy (2016), Oliveira et al. (2017), Nobre (2017), Raposo (2019) e Codato, Lorencetti e Prata (2021), vêm publicando, na última década, um conjunto expressivo de estudos sobre as elites políticas brasileiras, explicando os desdobramentos desse fenômeno, suas especificidades em relação a outros modelos de elites nacionais, seus mecanismos de sobrevivência e suas dinâmicas cooperativas ao longo do tempo. Tratam-se de estudos que buscam ultrapassar as tradicionais narrativas do tipo *história política* e tratar de como grupos que ocupam posições de mando e poder dentro do sistema político influenciam a conduta das instituições, as decisões e o processo decisório, os contextos de participação e representação e a legitimidade dos regimes.

Embora esses estudos tenham ganhado força na academia brasileira nos últimos tempos, a produção sobre o tema no Estado de Alagoas ainda é tímida, sobretudo, quando se trata do estudo de elites que se misturam a grupos e clãs familiares, uma particularidade, especialmente, das elites políticas tradicionais do Nordeste. Em se tratando da produção local sobre o tema, podemos citar os trabalhos de Tenório (1997), Matos Neto (2012) e Barros (2019). O primeiro se volta para a longa “Era Maltina” de Euclides Malta, político alagoano

que influenciou e comandou o Estado por quase todo o período da República Velha. No texto, o autor destaca as principais características e a capacidade de sobrevivência política dessa figura pública que atravessou de sobressalto regimes políticos e manteve-se, com ligeiras adaptações, nos postos de comando do Estado até sua queda política no final da década de 20.

A pesquisa de Matos Neto (2012) destaca as práticas políticas oligárquicas e tradicionais no município de Pão de Açúcar, cidade localizada no sertão do Estado de Alagoas, de 1952 até 2012. O mote da pesquisa é a análise das representações sociais das ações políticas desenvolvidas por Elísio Maia, uma figura pública atuante por mais de 40 anos na localidade e que continua muito presente na memória da maioria da população. Um terceiro trabalho sobre famílias e clãs políticos em Alagoas, mais recente, é ainda a pesquisa de Barros (2019), que também investiga o universo político de Elísio da Silva Maia na cidade de Pão de Açúcar, mas, desta feita, no intuito de compreender os processos e fatos que caracterizam Elísio Maia como um típico “coronel” do sertão.

Todos esses trabalhos, de uma forma ou de outra, ilustram a hegemonia política de um político sobre um determinado município. Nesse sentido, são estudos que priorizam ou destacam um indivíduo sobre o todo, sua trajetória particular e biográfica. Neste texto, nosso propósito se volta não para uma figura política em especial, mas para a hegemonia política de um mesmo grupo, ou melhor seria dizer, literalmente, uma mesma *família*. O fenômeno sociopolítico que discutimos aqui compreende, portanto, a análise da hegemonia eleitoral e política, local e regional, exercida por uma tradição de políticos ligados por laços consanguíneos que se irradia a partir das cidades do litoral sul de Alagoas – a família Beltrão.

A identificação da família Beltrão enquanto elite política advém não somente da sua unidade familiar, mas da sua reconhecida hegemonia eleitoral e política no cenário político alagoano. Nosso objetivo nesse sentido é compreender não somente as formas tradicionais de desenvolvimento deste clã enquanto grupo político, mas explicar de que forma essa elite, de origem oligárquica e coronelista, conseguiu se perpetuar no exercício do poder no Estado de Alagoas, à despeito do advento da nova ordem democrática instaurada a partir de 1988.

Nossa análise tomará como recorte o período que vai de 1945 até 2020, priorizando exatamente, a interface desse grupo com a própria redemocratização. Inicialmente, pode-se afirmar que este clã se originou politicamente em meados da década de 40 a partir do município de Coruripe, no interior do Estado de Alagoas. Estamos falando do período da Quarta República brasileira (1945-1964), quando os primeiros “políticos profissionais” da família Beltrão entram formalmente no jogo político local ocupando um cargo eletivo para prefeito em 1945, e um cargo de vereador em 1947. A Quarta República marcou o ingresso, mas também o prenúncio de uma curta era do clã Beltrão que estagna em 1950. Doravante, a família atravessa o período da Ditadura Militar (1964-1985) vivenciando um processo de

absenteísmo no cenário político local, contando com uma baixa participação dos seus membros em espaços políticos formais.

Com o advento da redemocratização, a família volta sob o comando de sua figura mais emblemática – João Beltrão Siqueira, e expande sua influência por mais de três décadas de permanência e domínio político. Ao longo desse período, este grupo foi se ramificando e estendendo sua dominância política de Coruripe, para cidades circunvizinhas como Jequiá da Praia, Feliz Deserto, Piaçabuçu e Penedo. Esse domínio político sucedeu-se inicialmente nos cargos executivos e legislativos municipais, galgando depois cargos do poder legislativo estadual e federal, chegando um de seus membros à condição de Ministro de Estado – licenciando-se do mandato de Deputado Federal na legislatura 2015-2019 para assumir o cargo de Ministro de Estado Turismo.

Tomando por base esta breve descrição da trajetória familiar do clã Beltrão, o presente estudo toma de partido as seguintes hipóteses:

- a) o sucesso eleitoral do clã Beltrão pós-redemocratização deve-se ao fato de que a família enfrentara concorrentes com pouca adesão eleitoral por parte da população;
- b) o controle dos cargos executivos municipais por parte da família, desde a redemocratização, garantiu e expandiu seu controle sobre o processo decisório da máquina pública local e circunvizinha;

A constituição de grupos e clãs familiares como verdadeiras elites políticas, no sentido de que trata a tradicional teoria das elites, não é nenhuma novidade para a história política brasileira. Nosso intento, contudo, é menos identificar o substrato clientelista destes grupos, o que já foi fartamente registrado e documentado pela pesquisa histórica e sociológica aplicada, e mais, reconhecer como estes grupos avançaram sobre a ordem democrática mantendo e perpetuando seu poder e influência.

Para compreender esse processo e determinar as razões desse fenômeno sociopolítico, metodologicamente, optamos pelo desenvolvimento de um estudo de caso, que pode nos possibilitar, a partir das vicissitudes de um caso concreto e específico, discutir deduções que a teoria sugere e testá-las a partir de um caso referencial. Iremos explorar, sobretudo, as hipóteses explicativas para os resultados eleitorais e analisar os fatores favoráveis ao desempenho eleitoral dos candidatos do clã. Finalmente, nossa abordagem neste estudo deve operacionalizar e mobilizar, especialmente, conceitos da ciência política.

O artigo está organizado em cinco seções. Na primeira, é feita uma contextualização sobre os principais teóricos da teoria das elites Gaetano Mosca, Vilfredo Pareto, Schumpeter, Robert Michels e suas concepções acerca do conceito de elite política. Na segunda seção, é apresentado um breve panorama sobre a existência de elites políticas remotas e contemporâneas da política brasileira. Na terceira, fazemos uma descrição da origem e

trajetória da oligarquia Beltrão no contexto político alagoano. Em seguida, discutimos as razões que contribuíram para a perpetuação do poder do clã mesmo com o advento da nova ordem democrática. Na quinta e última seção, apresentamos nossas considerações finais.

2 DEFINIÇÃO E CONCEITO DE ELITE POLÍTICA

Foi no século XVII que o termo “elite” foi empregado pela primeira vez no mundo (especificamente na França) designando produto de qualidade e excelência, uma espécie de “nata” das mercadorias postas à venda (BARNABÉ, 1999). A teoria das elites nasceu e se desenvolveu por uma especial relação com o estudo das elites políticas, ela pode ser redefinida como a teoria segundo a qual, em cada sociedade, o poder político pertence sempre a um restrito círculo de pessoas [sobre um outro extenso círculo de pessoas] (BOBBIO, MATTEUCCI e PASQUINO, 2000).

O termo difundiu-se a partir de 1930 através das teorias sociológicas das elites políticas, principalmente aquelas dos autores do final do século XIX e início do XX, com os italianos Vilfredo Pareto e Gaetano Mosca (BARNABÉ, 1999).

Esses autores conceituam as elites de formas distintas (ARRUDA e KERBAUY, 2016). Para Mosca (1954), em todas as sociedades, desde as menos desenvolvidas até as mais avançadas e poderosas, existem duas classes de pessoas: uma classe que dirige e a outra que é dirigida. Sendo que a que dirige é sempre pouco numerosa, exerce todas as funções políticas, detém (monopoliza) o poder e goza das vantagens resultantes do poder. Já a dirigida é mais numerosa e controlada pela primeira, as vezes de modo legal ou as vezes de um modo arbitrário e violento e supre a primeira com meios materiais de subsistência e com instrumento necessário a vida do organismo político.

Em Pareto (1984), a sociedade é heterogênea, isto é, as pessoas não compartilham das mesmas preferências. Os indivíduos segundo ele, “são física, moral e intelectualmente diferentes”. Elite na concepção de Pareto significa aquele ou aqueles que possuem “os mais altos índices em seus ramos de atividades”. Nota-se que Pareto ao definir “elite” trata elites em termos gerais, uma vez que elites são classes sociais dirigentes que podem atuar na economia, na arte, na música, no futebol entre tantos outros meios, especialmente na política no qual este artigo se concentra.

Além de Mosca e Pareto um outro importante elitista se destaca no âmbito da teoria das elites, trata-se do alemão Robert Michels (1876- 1936) que ao estudar o processo de oligarquização, partiu do pressuposto em consonância com Mosca e Pareto, de que há uma oligarquia que governa e uma maioria governada. Ademais, acentua que “é extremamente provável que um grupo social, que se tenha assegurado o controle dos instrumentos do poder coletivo, fará todo o possível em reter para si esse controle (MICHELS, 1982). Dessa maneira

as organizações políticas, tida como minoria, eleitas para atender os interesses dos indivíduos, quando se consolida no poder passa a governar de modo que maximiza seus interesses particulares em detrimento dos interesses da coletividade (RIBEIRO, 2014; GIMENES, 2014).

Até os anos 1940 as ideias de Mosca, Pareto e Michels eram percebidas predominantemente como antidemocráticas (GRYNSZPAN, 1996, p. 51). “No entanto a ideia de incompatibilidade entre elites e democracia começou a ser refutada por uma nova geração de elitistas, os democráticos” (SCHMÖKEL, MIRANDA e COLVERO, 2014). Entre os tantos elitistas democráticos destacamos Joseph Schumpeter que “é visto como o primeiro teórico a conseguir compatibilizar democracia e elites, com seu livro *Capitalismo, Socialismo e Democracia*” de 1942 (SCHMÖKEL, MIRANDA e COLVERO, 2014).

Schumpeter (2017), ao apresentar a promessa central da democracia representativa aquela em que o povo exercerá o poder mesmo estando ausente dos locais de exercício do poder público, “rejeita o caráter racional da ação do indivíduo na política celebrada pelos [teóricos] clássicos” (ALCANTARA, 2017, p. 13).

Para Schumpeter “é impossível um consenso racional de bem comum numa sociedade complexa e plural, porque os indivíduos pensam de formas muito diferentes e há uma grande divergência de interesses e ideais” (CASTRO, 2018, p. 8).

De acordo com Schumpeter (2017), “o povo, no sentido de aglomeração física e numerosa de pessoas, possui grau mais baixo de racionalidade e maior sensibilidade de influências irracionais, ou seja, é incapaz de agir para realizar um determinado desejo” (CASTRO, 2018, p. 9). A minoria não governa democraticamente a maioria pelo fato de que “a vontade da maioria é apenas a vontade da maioria e não a vontade do povo” (SCHUMPETER, 2017). Logo, para Schumpeter a ideia elitista clássica de que uma minoria dirige uma maioria em sua totalidade não segue um rigor lógico.

Contudo, vale a pena salientar que a bibliografia de autores elitistas não se resume apenas nesses supramencionados. “Existe um grande número de autores e pesquisas que utilizam a Teoria das Elites” (ARRUDA e KERBAUY, 2016. p.15), a exemplo: Grynszpan (1996), Hollanda (2011), Perissinoto (2009), Saes (1994), Perissinoto e Codato (2008), Codato et al (2014), Heinz, (2011, 2006), Bobbio (2008), são alguns deles.

3 UM BREVE PANORAMA SOBRE ELITES POLÍTICAS NO BRASIL

Apresentar um panorama sobre as elites políticas no Brasil não é uma tarefa fácil. Para desafios dessa natureza, sempre se corre o risco de deixar de fora algum autor ou contribuição importante. Nesse sentido, há que se começar por destacar os estudos pioneiros da nossa área. Estamos falando aqui de obras clássicas como *Coronelismo, enxada e voto: o município e o*

regime representativo no Brasil (1997), de Vitor Nunes Leal e *Os donos do poder: formação do patronato político brasileiro (2000)*, de Raymundo Faoro. A primeira obra, aborda a evolução do município brasileiro da fase colonial até a Constituição de 1946, enfocando as atribuições municipais, a eletividade de suas administrações, sua receita, sua organização policial e judiciária e sua legislação eleitoral. Entre tantos pontos importantes, o livro destaca o fenômeno do coronelismo visto como um fenômeno específico da época e produto de um fato político e de uma conjuntura econômica também própria (FERREIRA e PINTO, 2017).

Em se tratando do trabalho seminal de Faoro, podemos destacar a influência da sociologia weberiana na sua fundamentação e a constituição da tese sócio-histórica de que o patronato político brasileiro, moldado pelo patrimonialismo, essa ausência de distinção entre aquilo que é público e privado, tem raízes profundas, remetendo ao período colonial brasileiro, quando os portugueses teriam implantado (ou transplantado) essas práticas corruptas e burocráticas. Há por trás da tese do autor, a ideia de que a estrutura patrimonialista brasileira, à despeito das suas especificidades, foi, acima de tudo, uma herança legada pelo Estado português, que culminaria na formação do nosso patronato político, moldado pelo patrimonialismo, entendido como o conluio vicioso entre o público e o privado.

Em se tratando da leva de estudos importantes e mais recentes sobre a constituição das elites e oligarquias políticas brasileiras, devemos destacar o livro de Fernando Abrúcio – *Os barões da federação: governadores e a redemocratização brasileira (1998)*. A obra examina as razões do fortalecimento dos governadores dentro do novo sistema democrático brasileiro instituído pela Constituição de 1988, em que a elite dos governadores atuava como verdadeiros barões e atores fundamentais em todos os principais fatos políticos do país. Tomando por base o sistema federativo brasileiro, o autor mostra como a liberalização política e a democratização do regime brasileiro transformaram a relação entre os governadores e o Governo Federal, devolvendo o poder e a influência do executivo estadual, usurpada durante os anos do regime militar inaugurado em 1964. É a partir da dinâmica inaugurada pela transição política que Abrúcio explora a constituição do que ele chama de “ultrapresidencialismo estadual” e detalha os mecanismos que possibilitam aos governadores, a partir da eleição de 1982, ampliarem o seu raio de influência sobre os poderes legislativo e o judiciário no nível estadual.

Outros estudos ainda mais recentes (REIS e GRILL, 2017; OLIVEIRA et al., 2017; CODATO, LORENCETTI e PRATA, 2021) vêm corroborando o crescimento do interesse pelo tema e atestando o quanto estes estudos têm ganhado força. Boa parte desse interesse se explica pela ampliação da percepção do quanto, à despeito da hipótese da cultura política, o entendimento da dinâmica institucional prescinde do entendimento do comportamento das elites políticas, afinal de contas, são elas que exercem, de fato, o controle da máquina pública

sob as mais variadas circunstâncias. Estas elites, no caso do Brasil, especialmente da região Nordeste, têm se apresentado na forma de clãs políticos, aos quais também nos referimos como oligarquias. Para efeito deste artigo, denominamos clãs políticos ou oligarquia, toda organização política formada por pessoas pertencente a uma mesma família e sua atuação pode abranger cargos em todas as esferas políticas de governo.

Tratando-se, então, da atuação de clãs políticos no controle da máquina estatal da política brasileira, saliento que este fenômeno social não é, como já vimos, contemporâneo nem tampouco recente, pelo contrário, “os laços de parentesco no Brasil foram desde os períodos de colonização os elementos básicos da organização social brasileira” (PIMENTEL, 2014). De acordo com Pimentel (2014), “(n)o período colonial, a ausência do Estado, a forma de colonização e outros elementos idiossincráticos favoreceram o surgimento de uma estrutura social assentada em organizações de parentela”, nesse sentido, “origem familiar é um traço presente em boa parte da elite política brasileira” (MIGUEL, MARQUES e MACHADO, 2015). É nesse ponto que propomos a intersecção desses conceitos a partir da experiência regional e local – o entendimento dos clãs familiares, das famílias políticas, como elites políticas propriamente ditas e no sentido em que trata a teoria política clássica e os estudos sobre elitismo. Não queremos com isso, fazer tábula rasa da noção tradicional de oligarquia ou do coronelismo, termos conhecidos de longa data, tanto no cenário político nacional, quanto da academia brasileira. Nosso intento é, sob a perspectiva da tradição elitista, explorar as dinâmicas de sobrevivência e de poder político destes grupos tradicionais, tentando enfatizar menos sua configuração histórica e mais, suas influências e atuação dentro do processo decisório que justificam a manutenção e preservação do seu poder.

Miguel, Marques e Machado (2015, p.722) explicam que a origem familiar é um traço presente em boa parte da elite política brasileira, tanto que existe um contingente expressivo de detentores de mandato, bem como de cargos “de confiança” do Poder Executivo, que provêm de famílias políticas – seja em câmaras municipais e prefeituras, seja em assembleias legislativas e governos estaduais ou no Congresso Nacional e nos ministérios”. Uma breve análise da literatura sobre famílias na política brasileira pode nos sugerir a presença duradoura de algumas antigas oligarquias em vários estados brasileiros tais como os Malta (Alagoas), os Acioly (Ceará), os Leite e Sarney (Maranhão), os Portella e Almendra Freitas (Piauí), os Rosa e Silva e os Dantas e Barreto (Pernambuco), os Magalhães (Bahia), além das tradicionais oligarquias de Minas Gerais e de outras unidades da federação (BASTOS, 1991, p.63 apud ARRAES FILHO, 2000, p. 26).

Embora as ramificações de muitas destas famílias remetam, muitas vezes, até o período colonial, no Brasil contemporâneo, “famílias e determinados sobrenomes estão cada vez mais presentes no espaço político, seja na ocupação de cargos eletivos nas diversas

esferas de poder, como também em funções de nomeação, na burocracia estatal” (OLIVEIRA et al., 2017, p. 165). De acordo com Sardinha (2017), seis em cada dez parlamentares brasileiros têm parentes na política, sendo que dos 513 deputados, 319 possuem vínculos parentais com políticos, tal como no Senado Federal, onde dos atuais 81 senadores, 59 advêm de clãs políticos.

Identificar políticos com sobrenomes oriundos de famílias que ocupam ou já ocuparam cargos políticos não é uma tarefa difícil. No entanto como não é possível neste trabalho elencar todos os nomes concernentes ao familismo político, sintetizo a seguir apenas alguns deles, a título de exemplo ilustrativo, que demonstra o quanto a política continua sendo no Brasil, nos dizeres de Sardinha (2017), um “negócio de família”. Para começar, um ícone da política nacional, a família Maia, por exemplo, tem o deputado federal Rodrigo Maia (DEM) que é filho do ex-prefeito do Rio de Janeiro, César Maia. Rodrigo Maia, que é ainda primo do ex-deputado federal Felipe Maia, que é filho do ex-senador José Agripino Maia. Considerando dados da última eleição de 2018 no Brasil ilustramos a presença de outro clã político bastante conhecido de todos – estamos falando do Deputado Federal Eduardo Bolsonaro (PSL), o vereador do Rio de Janeiro Carlos Bolsonaro (Republicanos) e o Senador Flávio Bolsonaro (Republicanos) todos filhos do então presidente da República Jair Bolsonaro (PL).

4 ORIGEM E TRAJETÓRIA ELEITORAL DA FAMÍLIA BELTRÃO NA POLÍTICA ALAGOANA

A família Beltrão é uma família tradicional oriunda de proprietários de terras, de engenhos e da criação de gado na região de Coruripe, interior de Alagoas (LEMOS, 1999). Sua introdução na política se deu de forma semelhante às das famílias referidas por Tenório (1997) em sua obra “*A metamorfose das oligarquias*” e às famílias coronelistas, dos interiores dos estados brasileiros no período da primeira república, mencionadas na obra de Vitor Nunes Leal “*Coronelismo, enxada e voto*” (1997). Tenório (1997), em seu texto, mostra que as elites agrárias delimitam a representação política exclusivamente em torno de seus componentes. Senadores e deputados federais, congressistas estaduais, conselheiros municipais, juízes, intendentess, governadores e vice, todos os nomes saíam dos ramos dos proprietários terras, das famílias tradicionais ou de seus prepostos.

De acordo com Tenório (1997), “o poder econômico e social dos proprietários de terra, era traduzido em efetivo poder político oligárquico, impondo uma ampla teia de submissão e dependência que envolve o eleitor, o coronel, o partido e o Estado”. Leal (1997), por sua vez, mostra como as famílias coronelistas que se inseriam no cenário político eleitoral eram favorecidas pela estrutura agrária e pelos grupos de parentela dos municípios do interior,

acentuado as ambições familiares, acrescidas do mandonismo, do filhotismo e do clientelismo. O autor enfatiza o quanto esse capital socioeconômico era expandido para dentro das competições eleitorais, sobretudo a partir do advento da primeira república.

Conforme a literatura disponível, a entrada de uma pessoa no meio político se dava de acordo com o nível econômico e posição social exercida numa determinada localidade, motivada, segundo Miguel, Marques e Machado (2015), por dois fatores: a vontade de participar da política institucional e o acesso aos recursos necessários – tanto materiais quanto simbólicos – para que esta participação se efetive”. É nesse sentido que os senhores detentores de terras e engenhos, eram geralmente os candidatos “naturais” aos pleitos eleitorais, tal como ocorreu com a família Beltrão que se introduziu na política alagoana através da figura de duas personalidades principais. A primeira, João Beltrão de Castro, médico e influente líder local, que ganhou notoriedade pública na década de 40 em sua região e acaba por filiar-se ao Partido Social Democrático- PSD e num arranjo político com o Interventor do Estado, Ismar de Gois Monteiro, é nomeado em 1945 prefeito de Coruripe. Segundo Lemos (1999), João Beltrão de Castro governou Coruripe no período de dois anos e um mês, e em seguida assumiu o cargo de vereador na Câmara Municipal de Coruripe.

A segunda personalidade, Djalma Barros Siqueira, que além de produtor de açúcar e cachaça, dedicou-se à criação de gado (WANDERLEY, 2008, p. 111), exerceu o cargo de vereador na Câmara Municipal de Coruripe no período do governo municipal de Francisco de Araújo Azevedo 1947-1950 (LEMOS, 1999, p. 236). Casou-se com uma das filhas de João Beltrão de Castro com quem teve seis filhos (WANDERLEY, 2008, p. 112) cuja, descendência assumiria o protagonismo político como integrantes da oligarquia Beltrão em décadas posteriores. A união civil das famílias Siqueira e Beltrão deu, de certa forma, origem à oligarquia Beltrão. Os casamentos representam um trunfo importante nesse jogo político visto que garantem no tabuleiro de forças do campo político a “materialização” de uma espécie de acúmulo de capital simbólico que pode, muitas vezes, ser visto como resultado de uma espécie de soma ou de transferência de poder, que serve de base para a continuidade e legitimidade do sobrenome nos espaços de poder político (CANÊDO, 2011; OLIVEIRA et al., 2017, p. 189).

O *quadro 1* abaixo ilustra a participação política dos patriarcas da família Beltrão no período da Quarta República:

QUADRO 1 – CARGOS POLÍTICOS OCUPADOS POR PATRIARCAS DA FAMÍLIA BELTRÃO DURANTE A Quarta República

NOME	CARGO	PERÍODO
João Beltrão de Castro	Prefeito	1945- 1946
João Beltrão de Castro	Vereador	1947-1948
Djalma Barros Siqueira	Vereador	1947-1950

Fonte: Lemos (1999) e Wanderley (2008).

Do fim da Quarta República ao fim do período da Ditadura Militar o cenário político alagoano ficou ausente da imagem dos Beltrão exercendo cargos eletivos. No entanto, o advento da Constituição Federal de 1988 gerou diversas mudanças na estrutura política no país possibilitando as instalações hegemônicas de famílias na condução do poder político. Esse evento desencadeou a volta, tanto de um Beltrão na política como, de fato marcou, a formação do clã e sua hegemonia política que se estenderia por décadas.

Dado o início do período da redemocratização, João Beltrão Siqueira, um dos filhos do casal Djalma Barros Siqueira e Maria Alice Beltrão de Castro, através de seu tradicional capital familiar e renome regional, ganha destaque na política local e se lança candidato à prefeitura de Coruripe em 1987, tendo como vice João Carvalho. Eleito prefeito, João Beltrão Siqueira toma posse no ano subsequente e é nesse período que ele fortalece seus vínculos clientelísticos, suas alianças de classe com elites políticas e privadas locais. À propósito, há que se destacar que além dos contratos matrimoniais, as alianças e “conchavos” têm sido uma segunda estratégia fundamental de sobrevivência e adaptação destes grupos, como também têm destacado outras pesquisas sobre o tema (ADILSON FILHO, 2017; LEMOS, 1999). De acordo com Adilson Filho (2017, p. 08), “as famílias tradicionais na sua luta pela sobrevivência como *animals politicus* precisam operar simultaneamente com as estratégias da imanência e da transcendência, ou seja, personalizar ao máximo seus nomes e ações nas suas bases eleitorais, através do uso sistemático dos capitais disponíveis”.

Foi através da robustez de seu capital político que João Beltrão Siqueira abriria mão, por exemplo, da sua candidatura à reeleição de prefeito de Coruripe para concorrer ao cargo de Deputado Estadual nas eleições de 1994, se elegendo com 9.865 votos (TSE, 1994). As disputas em torno da prefeitura de Coruripe, em termos eleitorais, culminam em 1992, com a disputa eleitoral entre João Carvalho, ex vice-prefeito da chapa João Beltrão Siqueira e do sobrinho deste, Djalma Gutemberg Siqueira Breda. Nessa disputa João Carvalho vence Djalma Breda e é empossado em primeiro de janeiro de 1993 (LEMOS, 1999, p. 246).

Vale destacar que a derrota de Djalma Gutemberg Siqueira Breda não culminou necessariamente com o enfraquecimento do clã na arena política, pelo contrário, tratou-se de um evento que serviu de trampolim para a condução do clã rumo a ramificação política em cargos eletivos do executivo e legislativos estaduais e federais, chegando mesmo à indicação de pastas ministeriais de um de seus membros. O Quadro 2 apresentado abaixo sumariza, em ordem cronológica, a trajetória do clã em cargos eletivos, suas filiações partidárias e os números absolutos de votos obtidos para os cargos legislativos e os percentuais dos resultados eleitorais para os cargos majoritários:

QUADRO 2- CRONOLOGIA DO CLÃ BELTRÃO PÓS REDEMOCRATIZAÇÃO

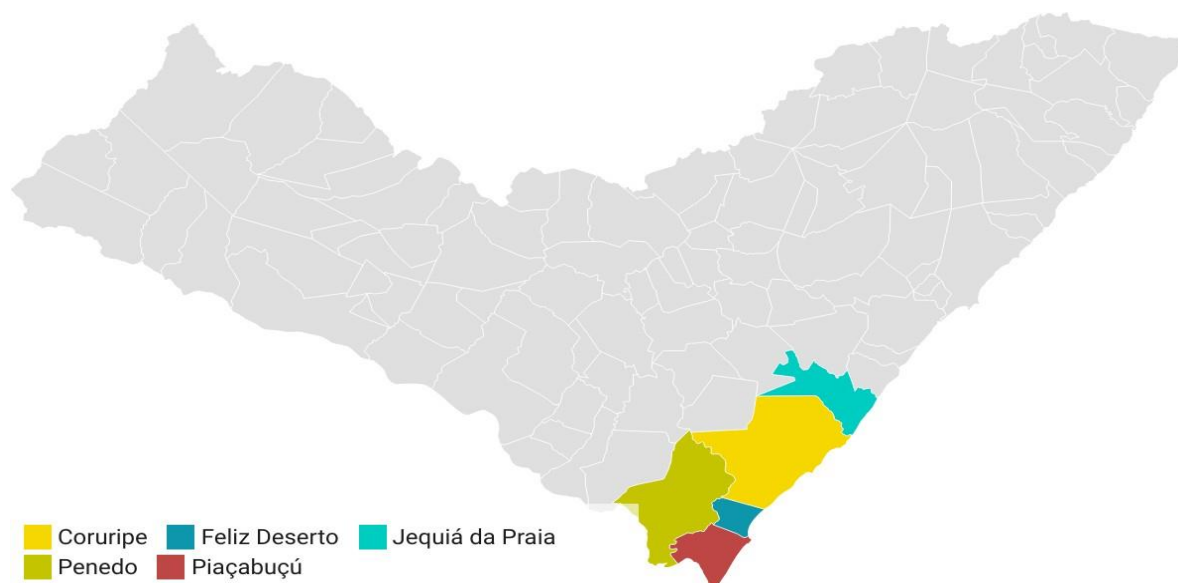
ANO ELEIÇÃO	NOME	PARTIDO	CARGO	VOTO %
1988	João Beltrão Siqueira	-----	Prefeito Coruripe	-----
1994	João Beltrão Siqueira	PMDB	Deputado Estadual	1,6
1996	Joaquim Beltrão Siqueira	PMDB	Prefeito Coruripe	57,2
1996	Djalma Gutemberg Siqueira Breda	PMDB	Vereador	5,5
1998	João Beltrão Siqueira	PMDB	Deputado Estadual	2,3
2000	Joaquim Beltrão	PMDB	Prefeito Coruripe	59,2
2000	Rosiana Beltrão	PMDB	Prefeita F. Deserto	52,2
2000	Marcelo Beltrão	PMDB	Vereador Coruripe	4,9
2002	João Beltrão Siqueira	PSL	Deputado Estadual	3,0
2004	Marx Beltrão	PMDB	Prefeito Coruripe	81,6
2004	Rosiana Beltrão	PMDB	Prefeita F. Deserto	65,2
2004	Marcus Beltrão	PSB	Prefeito Penedo	44,9
2006	João Beltrão Siqueira	PMN	Deputado Estadual	2,8
2006	Joaquim Beltrão Siqueira	PMDB	Deputado Federal	5,7
2008	Marx Beltrão	PMDB	Prefeito Coruripe	72,9
2008	Maykon Beltrão	PMDB	Prefeito Feliz Deserto	52,8
2008	Marcelo Beltrão	PTB	Prefeito Jequiá da Praia	58,6
2008	Marcus Beltrão	PDT	PREFEITO PENEDO	NÃO ELEITO
2010	João Beltrão Siqueira	PRTB	Deputado Estadual	2,3
2010	Joaquim Beltrão Siqueira	PMDB	Deputado Federal	5,5
2012	Joaquim Beltrão Siqueira	PMDB	Prefeito Coruripe	59,5
2012	Maykon Beltrão	PMDB	Prefeito Feliz Deserto	59,6
2012	Marcelo Beltrão	PTB	Prefeito Jequiá da Praia	53,9
2012	Marcus Beltrão	PTB	Prefeito Penedo	53,5
2012	Djalma Gutemberg Siqueira Breda	PTB	Prefeito Piaçabuçu	NÃO ELEITO
2012	Gutemberg Breda	PP	Vereador (mais votado) Coruripe	3,8
2012	Tiles Henrique	PMDB	Vereador Coruripe	4,8
2014	João Beltrão Siqueira	PRTB	Deputado Estadual	2,3
2014	Marx Beltrão	MDB	Deputado Federal	8,9
2016	Marx Beltrão	MDB	Ministro Turismo	Nomeado

2016	Joaquim Beltrão Siqueira	PMDB	Prefeito Coruripe	69,7
2016	Jeannyne Beltrão Lima Siqueira	PRB	Prefeito Jequiá da Praia	55,4
2016	Marcus Beltrão Siqueira	PDT	Prefeito Penedo	41,7
2016	Rosiana Lima Beltrão Siqueira	PMDB	Prefeito Feliz Deserto	57,5
2016	Djalma Gutemberg Siqueira Breda	PRB	Prefeito Piaçabuçu	5,0
2016	Gutemberg Breda	PSC	Vereador Coruripe	5,0
2016	Tiles Henrique	PMDB	Vereador Coruripe	NÃO ELEITO
2016	Hugo Beltrão Nunes	PDT	Vereador Coruripe	3,7
2018	Marcelo Beltrão	MDB	Deputado Estadual	1,9
2018	Yvan Beltrão	PSD	Deputado Estadual	2,3
2018	Marx Beltrão	PSD	Deputado Federal	9,5
2020	Marcelo Beltrão	PP	Prefeito Coruripe	55,7
2020	Maycon Beltrão	MDB	Prefeito Coruripe	NÃO ELEITO
2020	Gutemberg Breda	PSC	Vereador Coruripe	4,9
2020	Tiles Henrique	PMDB	Vereador Coruripe	4,2
2020	Hugo Beltrão Nunes	PDT	Vereador Coruripe	NÃO ELEITO
2020	Jeannyne Beltrão Lima Siqueira	PRB	Prefeito Jequiá da Praia	NÃO ELEITA
2020	Rosiana Lima Beltrão Siqueira	PP	Prefeito Feliz Deserto	53,2
2020	Djalma Gutemberg Siqueira Breda	PRB	Prefeito Piaçabuçu	35,9

Fonte: Próprios autores com base nos dados do Tribunal Superior Eleitoral (TSE).

Embora o quadro acima evidencie a distribuição do clã em diversos cargos eletivos, as prefeituras, sobretudo a de Coruripe, esteve presente no rol de preferências do clã desde a eleição municipal de 1987. Isso se deve ao fato de que a prefeitura de Coruripe é considerada uma “matriz” política e o principal reduto eleitoral da família Beltrão. Além de Coruripe, o clã tem se propagado para municípios circunvizinhos como forma de ampliação de poder em sua rede oligárquica. A figura abaixo destaca as cidades situadas na região do litoral sul do Estado de Alagoas, cuja as prefeituras foram comandadas pelos Beltrão.

FIGURA 1- REDUTO ELEITORAL DA FAMÍLIA BELTRÃO



Fonte: elaborado pelos próprios autores através do *software Datawrapper*

Este panorama evidencia a força e o acúmulo de capital político do clã nesta determinada região. Em estudo recente sobre prefeitos de capitais brasileiras, Oliveira (2017, p. 312) concluiu que “dos 26 Prefeitos eleitos nas eleições de 2016, dezesseis (16) apresentam capitais sociais familiares e possuem estruturas familiares os apoiando nas suas trajetórias, enquanto dez (10) não apresentam estruturas familiares nas suas trajetórias políticas, o que mais uma vez indica que há uma correlação entre estruturas de parentesco e poder político como um importante fator de sucesso eleitoral e político no Brasil. Segundo Pimentel (2014, p. 73):

“[...] muitos municípios são controlados por clãs políticos, os quais consistem em organizações informais baseadas na estrutura de parentesco e orientadas para a ação política que competem com as organizações formais do sistema político, especialmente partidos políticos, pelo controle do processo político nos municípios e se reproduzem dentro da administração pública”.

Em estudo sobre família, parentesco, instituições e poder no Brasil, Oliveira et al., (2017, p. 167) verifica empiricamente que “a cada pleito, tanto do ponto de vista dos estados como das pequenas cidades do interior e até mesmo em capitais e no plano federal, é a continuidade da política como campo cada vez mais propício para atividades familiares”. Para Oliveira (et al. 2017, p.167), “indivíduos pertencentes às tradicionais e endinheiradas famílias têm ocupado, de forma hegemônica e contínua, cargos eletivos e funções de nomeação nas esferas municipais, estaduais e federais”. Ao passo que “o peso da tradição familiar é a base para a continuidade e legitimidade do sobrenome nos espaços de poder político.

Miguel, Marques e Machado (2015) explica que:

A presença de pessoas do círculo íntimo exercendo aquela profissão gera a familiaridade e o interesse que estimulam uma opção similar. Por outro lado, trata-se de um “capital” exatamente porque fornece a seu detentor um conjunto de conhecimentos sobre o funcionamento do campo, uma marca dotada de certo valor (seu sobrenome), uma visibilidade derivada do parente mais importante [...].

Em análise conjunta do Quadro 2 (apresentado acima) e da Figura 2 (apresentada abaixo), é possível observar que nas eleições posteriores as de 2000 e 2002 a família Beltrão com seu capital familiar estimula seus membros mais novos a ocupar os espaços que os membros mais velhos ou mais importantes [foram deixando] para trás. Assim, é relativamente frequente que um político que passa da política municipal para a estadual ou dessa para a federal mobilize recursos para colocar um filho, cônjuge ou irmão disputando o cargo que deixou vago” (MIGUEL, MARQUES e MACHADO (2015, p.727-728). De certo, a eleição de 2000 foi o período de irrupção dos Beltrão na política alagoana conforme mostra a figura abaixo.

FIGURA 2- OCUPAÇÃO DO CLÃ EM CARGOS POLÍTICOS POR ANO/ELEIÇÃO

	VEREADOR	PREFEITO	DEP. ESTADUAL	DEP. FEDERAL
1988	0	1	0	0
1994	0	0	1	0
1996	1	1	1	0
1998	1	1	1	0
2000	1	2	1	0
2002	1	2	1	0
2004	0	3	1	0
2006	0	3	1	1
2008	0	3	1	1
2010	0	3	1	1
2012	2	4	1	1
2014	2	4	1	1
2016	2	5	1	1
2018	3	5	2	1
2020	2	3	1	1

Fonte: elaborado pelos próprios autores através do *software Datawrapper*

Ainda analisando o Quadro 2 e a Figura 2, observa-se que enquanto o clã Beltrão se distribui nos mais variados cargos políticos no Estado de Alagoas, João Beltrão após deixar o cargo de prefeito de Coruripe, segue se reelegendo Deputado Estadual de modo a acumular o total de 6 (seis) mandatos consecutivos na Assembleia Legislativa Estadual (1994-1997, 1998-2001, 2002-2005, 2006-2009, 2010-2013, 2014-2015). Porém, antes de concluir a legislatura 2014-2017, em 2015, João Beltrão Siqueira protocola um pedido de licença do cargo para tratamento de saúde. Em 2018 o mesmo foi diagnosticado com câncer e, em

decorrência disso, após 24 anos consecutivos legislando no parlamento estadual alagoano, João Beltrão não disputa as eleições de 2018 e falece no ano seguinte.

Com a morte do líder mais emblemático do clã, a eleição de 2020, em Coruripe, ficou marcada na história política local como a primeira em que dois “Beltrão”, literalmente, se enfrentam em disputa pelo comando da prefeitura de Coruripe. A disputa ficou entre o ex-prefeito de Feliz Deserto-AL, Maykon Beltrão (MDB), que contou com o apoio de seu irmão, o deputado Federal Marx Beltrão (PSD), e seu primo, o ex-prefeito de Jequiá da Praia (2008-2016), Marcelo Beltrão, que trocou o partido MDB pelo PP, deixando o cargo de deputado estadual no segundo ano de mandato. Nessa disputa, Marcelo Beltrão leva a melhor e se elege prefeito de Coruripe com 55,78% a 42,50% dos votos válidos de seu primo Maykon.

Há que se destacar na particularidade desse embate, talvez, menos uma tendência autofágica do grupo, mas sim, principalmente, a lógica hierárquica do modelo de reprodução dessas elites, catalisadas em torno de uma figura patriarcal e de autoridade que agora, lhes faltava. De acordo com Oliveira (2017), no que tange à capacidade de expressar a forma pela qual a política brasileira é permeada por relações familiares, percebe-se que a prática não está calcada no ideário político republicano preconizando a separação entre as esferas pública e privada, mas, ao contrário, está correlacionada a elementos do mundo privado, das formas de dominação, das relações e dos vínculos de parentesco, compadrio, cumplicidade e paternalismo. É nesse sentido que se pode dizer que o pertencimento a uma rede de parentesco é apenas uma das potencialidades colocadas em xeque na competição do jogo político (CANÊDO, 1997, apud OLIVEIRA et al., 2017, p. 184).

5 OS FATORES QUE CONTRIBUÍRAM PARA MANUTENÇÃO DA OLIGARQUIA BELTRÃO NA POLÍTICA ALAGOANA

Em todo contexto político existem diversas formas de comportamentos e escolhas estratégicas que maximizam a permanência duradora de um determinado político ou grupo dentro do jogo político, quer seja em eleições quer seja no exercício do mandato. No caso das oligarquias isso não é diferente. Por ser, acima de tudo, um organismo político, as oligarquias sobrevivem das mais variadas estratégias políticas e eleitorais. A construção de suas trajetórias hegemônicas depende necessariamente de fatores peculiares, em que cada elite política formula suas estratégias de acordo com o local em que está inserida, escolha do partido, a quem apoiar e como se comportar ao longo do percurso eleitoral ou de governança.

A permanência de algumas oligarquias no controle do poder político pode ser explicada, entre outros, pela construção de uma reputação familiar junto ao eleitorado (e demais agentes do campo político), que, necessariamente, não implica na construção de uma imagem democrática ou republicana; depois, a familiaridade com os meios políticos

(reforçando o elemento da vocação, dá predisposição àquele campo, como se aquilo fosse algo “natural” ou “nato” dos seus membros); e, finalmente, os acessos decorrentes dos laços de parentesco (experiências advindas do privilégio de participação ou do ingresso em outros cargos políticos importantes) (OLIVEIRA et al., 2017, p. 187).

Tais comportamentos não diferem muito do comportamento adotado pelos Beltrão ao longo das décadas aqui estudadas. Essa oligarquia tem feito escolhas e adotado comportamentos típicos de elites que detém o poder e o mantém por longo tempo. Os fatores que irei apresentar fazem parte do rol de ações que acreditamos terem contribuído para a hegemonia política do clã, especialmente a partir da redemocratização de 1988.

a) Governismo municipal: coalizão entre o executivo e o legislativo

Com a doutrina da Constituição de 1988, as câmaras municipais se tornaram as responsáveis pela fiscalização do município via controle externo, com o auxílio dos Tribunais de Contas dos Estados, e pela aprovação das contas dos prefeitos. Esse poder fiscalizador dado as Câmaras permitem aos vereadores obter poder informal de barganha sob os desdobramentos da política institucional.

“Os prefeitos aparecem como figuras de relevo no nível municipal, dadas as suas prerrogativas e seus recursos institucionais. O resultado seria o predomínio do governismo, entendido como uma tendência de os vereadores se alinharem ao prefeito e aprovarem, sem mais, suas iniciativas, negligenciando sua função de fiscalização e fazendo vistas grossas para irregularidades cometidas no âmbito da administração municipal (ROCHA, 2021, p. 190)”.

Em linhas gerais e de forma esquemática, a literatura considera as seguintes possibilidades: (1) o prefeito prioriza a negociação com os vereadores individualmente *versus* o prefeito prioriza a negociação com o bloco de vereadores, se valendo da mediação das lideranças partidárias; (2) a negociação envolve concessão de cargos na administração municipal em troca do voto favorável dos vereadores na câmara, com mediação das lideranças partidárias *versus* a negociação envolve o atendimento de demandas particulares dos vereadores, sem coordenação partidária; (3) as negociações entre prefeitos e vereadores ocorrem antes da eleição, já na montagem das chapas, para usar um termo nativo, *versus* as negociações ocorrem, sobretudo, após a definição do resultado das eleições, na formação da coalizão de apoio ao prefeito, com a incorporação de novos atores à base. Não há razões para crer que as alternativas acima sejam, de fato, excludentes. Um mesmo prefeito, em uma mesma administração, pode diversificar suas estratégias e recursos, e pode, eventualmente, combiná-los (ROCHA, 2021, p. 193).

Diante disto, é possível afirmar, que o intuito de todo e qualquer ator político, sendo ele prefeito ou não, é o de permanecer no poder como forma de manutenção do cargo ou em outro de maior dimensão. Em análise ao caso específico dos Beltrão ao longo de sua trajetória no controle do executivo municipal, observa-se que um de seus principais intentos consistia (e consiste até hoje), enquanto prefeito, controlar as câmaras municipais, isto é, o poder local, que por ofício, deveria fazer o papel de fiscalizar o prefeito, como forma de *checks and balances*. A ausência dessa ação por parte do poder legislativo se explica por dois fatores fundamentais: o primeiro, a coalizão entre executivo e legislativo; o segundo, a transgressão à teoria do *checks and balances* (freios e contrapesos), cuja ideia consiste em um poder frear o outro em casos de abusos institucionais praticados por um dos poderes (executivo e legislativo). Assim sendo, a atuação política dos Beltrão em sua região se debruçava, entre outros, em romper a ideia de separação desses dois poderes construindo, assim, o poder executivo municipal em um poder unitário e hegemônico com uma única finalidade, a de permanecer governando e ampliando seu poder político.

b) O controle conjunto das prefeituras: Jequiá da Praia, Coruripe, Feliz Deserto, Piaçabuçu e Penedo

Inicialmente vale mencionar que o comando político sobre a prefeitura de Coruripe no final da década de 80 foi a gênese que ascendeu o espírito de progressão política dos Beltrão rumo ao acúmulo de recursos políticos, ocupação de cargos de maior visibilidade e consolidação de sua trajetória política. A prefeitura de Coruripe tornou-se uma espécie de matriz política que possibilitou ampliar a viabilidade e a estimular a busca por postos mais altos.

O controle dos cargos executivos municipais das prefeituras acima citadas, ocorreu mediante um processo gradual e sistemático. Com base em sua rede oligárquica, os Beltrão conseguiram a cada pleito, sendo ele municipal, estadual ou federal, se mover sucessivamente, mudando de direção ao longo de suas carreiras, conforme as possibilidades que se abriam à sua frente. Assim o clã construiu seu principal reduto eleitoral, que serviu não apenas como símbolo de poder, mas também como fonte institucional de poder de barganhas políticas.

c) Visibilidade do “sobrenome” na política regional

Com a consolidação dos Beltrão no meio político na década de 90, seu sobrenome ganhou cada vez mais força política de modo a se transformar em uma espécie de rótulo de

poder político na região do litoral sul de Alagoas. Essa consolidação se deu pela sustentação das relações e vínculos familiares que lhes permitiam o exercício político da máquina pública, fazendo da política um campo cada vez mais propício para atividades familiares.

Oliveira (et al., 2017, p. 179), explica que uma genealogia se apresenta no jogo político como mais um elemento para acúmulo ao capital simbólico. Sua força passa a ser revelada na medida em que os grupos fazem uso de uma tradição familiar na política, dos benefícios trazidos pelo grupo para o meio social ao ocupar tais cargos, assim como também pela capacidade de misturar a história do município à história da família, de modo a borrar esses limites.

No fim das contas, o poder político de um bisavô pode facilmente estar presente na fala e nas ações políticas de seu bisneto, quando, em certos momentos, essa força do passado torna-se relevante e passa a ser utilizada como investimento para reforçar a presença da família no poder por várias gerações e, mais ainda, passa a ser direcionada como uma espécie de “marca” nos feitos políticos (OLIVEIRA et al., 2017, p. 180).

A extensa rede de parentesco dos Beltrão “permitem a análise e a compreensão das transmissões de capitais sociais e político familiares, muitas vezes em termos de longa duração, em parentelas numerosas e complexas das mesmas famílias (OLIVEIRA et al., 2017, p. 182). É dessa forma que o sobrenome “Beltrão” acumulou, ao longo de décadas, crédito eleitoral na região e, em certa medida, tornou-se fator preponderante no campo de disputa e de escolha meramente por parte do eleitor, tornando-se e impondo-se enquanto, não somente uma opção viável, mas a opção possível.

d) Concorrentes com pouca adesão eleitoral

Tratando-se de eleições para cargos eletivos do legislativo e executivo municipal, foi possível observar no Quadro 2, que os Beltrão conseguem se eleger e reeleger-se com considerável folga em comparação a seus oponentes com relação ao quantitativo de votos. Esse sucesso eleitoral se deu, tanto, em virtude do capital político e econômico, como também em função de seu capital simbólico do sobrenome familiar.

Essa adesão eleitoral em todos os municípios que os Beltrão disputaram serviu como base sólida para o sucesso nos pleitos das eleições para os cargos de Deputado Estadual e Federal, dado que o maior percentual de votos dos Beltrão em candidatura de cargos da esfera estadual e federal adveio, todo sempre, de seu reduto eleitoral regional.

e) Coalisção com os governadores e escolha político partidária

Desde o período da Quarta República (como mostramos na terceira seção deste artigo) os Beltrão estiveram ligados ao chefe do executivo estadual, a prova disso foi quando buscou retaguarda do Interventor do Estado e foi nomeado prefeito de Coruripe. Ainda após o período da redemocratização, os Beltrão continuaram em sintonia com os governadores alagoanos, dado que “os governadores possuíam um leque de recursos financeiros, administrativos e políticos que lhes dava instrumentos poderosíssimos para cooptar a classe política estadual” (ABRUCIO, 1998).

Para Abrucio (1998), o governo estadual era o grande “credor” dos municípios brasileiros, e como tal, cobrava em troca, apoio político de seus correligionários locais. Leal (1997, p. 69), adverte que o maior mal que pode acontecer a um chefe político municipal é ter o governo do Estado como adversário. Por isso, busca o seu apoio ardorosamente. As eleições municipais constituem peijas tão aguerridas em nosso país, justamente por que é pela comprovação de possuir a maioria do eleitorado no município que qualquer facção local mais se credencia às preferências da situação estadual.

No entanto, ao intensificar o apoio político com os governadores, o clã Beltrão expande seu poder político para cargos eletivos do legislativo estadual e federal. De acordo com Abrúcio, (1998), um dos mecanismos à disposição dos governadores para otimizar a *performance* eleitoral dos Deputados Federais, por exemplo, eram os seguintes:

- ❖ Distribuição de empregos públicos estaduais para os apadrinhados locais dos Deputados Federais. Dessa maneira, os Deputados Federais ganham importantíssimos cabos eleitorais;
- ❖ Distribuição de verbas e/ou construção de obras públicas nas bases locais dos Deputados Federais, que passavam a ser vistos como os políticos que trouxeram as benfeitorias à região;
- ❖ Os governadores controlavam grande parcela dos deputados estaduais e prefeitos, que são cabos eleitorais fundamentais para a eleição dos Deputados Federais. Os Deputados Federais precisam desses cabos eleitorais para manter a força em seu “distrito informal”.

Abrúcio (1998), explica, que o governador atua em dois momentos distintos. Primeiro, no momento da eleição, quando os deputados precisam de uma estrutura logística e financeira que na grande maioria das vezes o partido não oferece. Desse modo, os candidatos à Câmara Federal pedem auxílio ao governador, o qual lhes oferece a estrutura da máquina estadual. O segundo momento é o pós-eleitoral, quando os deputados federais precisam que o governador os auxilie no controle das bases locais. Na verdade, os governadores detêm o controle das bases locais, sobretudo das que estão fora dos centros urbanos, dado o controle que os chefes dos executivos estaduais exercem sobre as principais lideranças locais, prefeitos e deputados

estaduais. Nos dizeres de Carone (1971, p. 87), a questão fundamental a se entender aqui é o federalismo enquanto sistema e suas externalidades para o jogo político - o federalismo republicano dá ao Estado, e este, por sua vez, ao município, uma série de regalias políticas e financeiras. A interdependência entre ambos é fundamental. Sendo que o elo entre ambos é o voto.

Outro fator importante que contribuiu para a hegemonia do clã foi a escolha político partidária. O partido pós redemocratização do clã foi o PMDB, “que consiste na continuidade do MDB que em tese representava a oposição ao regime dos militares” (MONTEIRO e JUNIOR, 2019, p.10-11). Nesse momento de transição o PMDB estimulou um modo de fazer política denominada de “peemedebismo”, que em linhas gerais, tratava-se de um conjunto de estratégias de ocupar cargos na alta hierarquia do Estado, a partir da constituição de redes para manter ou facilitar o acesso a estes mesmos cargos. Aliás, esta foi uma característica do PMDB durante as últimas décadas e governos, sendo ele sempre da base governista (MONTEIRO e JUNIOR, 2019, p.13).

Monteiro (2017) destaca como a aliança democrática, com o protagonismo do PMDB, em acordo com a grande elite midiática, reverberou um discurso em defesa da democracia, legitimando o pacto conservador que caracterizou a transição. O capital político, adquirido por meio destas estratégias, foi a chave para a reprodução das oligarquias políticas que compõem a classe dirigente nordestina, aliado a prática e estruturas de poder fundamentadas no nepotismo, já que se abria um novo momento à representação, tornando [...] o PMDB em instância ou mesmo lugar da “sobrevivência” (MONTEIRO e JUNIOR, 2019, p.10-11).

Os diretórios estaduais possuíam, sem sombra de dúvidas, o poder relativo tornando-se imprescindível no controle de oligarquias locais, devido o alcance de sua influência política e poder econômico” (MONTEIRO e JUNIOR, 2019, p.13).

As referências históricas aqui apresentadas embasam as alianças do clã firmadas com os governadores ao longo do novo período democrático, bem como sua introdução no partido político PMDB (MDB). Isto aponta para uns dos principais fatores que explicam a hegemonia política do clã na política alagoana. Esses fatores em conjunto com outros, formam um pacote de fatores eleitorais que se desenrolaram e se construíram ao longo do tempo desde à sua gênese até os dias atuais sobretudo sob a nova ordem constitucional.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este estudo apresentou um panorama da trajetória da família Beltrão no cenário político alagoano, que transpassou décadas sob os desdobramentos e inserção contínua de novos atores políticos proveniente de uma ampla rede oligárquica que foi, ao longo do tempo, se beneficiando de mecanismos políticos de sobrevivência e perpetuação. O oligarquismo dos Beltrão, tal como tem se mostrado, nos permite aborda-lo sob o prisma da chamada teoria das

elites, pois estamos falando de grupos que, embora não se auto selecionem (haja vista o peso do familismo e da cultura política oligárquica brasileira e nordestina) usam de estratégias políticas e eleitorais para garantir a monopolização do poder político local e da região e sua influência sobre os processos decisórios estaduais. Nos dizeres dos teóricos das elites, trata-se de um grupo reduzido, porém organizado, que age rumo à maximização de seus benefícios e de seus ganhos e permanência dentro do jogo político. Os Beltrão através de seu vultoso reduto eleitoral têm se apresentado como as próprias peças do jogo, peças de fundamental importância aos governadores mediante a troca de apoio político durante as eleições.

Vale destacar que a atuação dos Beltrão na política alagoana não parou nos limites do recorte temporal deste estudo, pelo contrário. É bem provável que esta oligarquia sobreviva ainda por longos ciclos dentro da arena política alagoana e nordestina, ao passo que existem atualmente um quantitativo considerável de Beltrão exercendo cargos políticos nos cenários locais. Há que se destacar, contudo, que entender as formas pelas quais o grupo consegue atravessar a transição democrática e as mudanças do cenário político local compreendem um campo importante de pesquisa e problematização sobre as estratégias de sobrevivência e adaptabilidade destes grupos ou clãs, no melhor sentido do termo, à ordem democrática ou às mudanças políticas e sociais impostas pelo nosso tempo. É nesse sentido, que procuramos contribuir para o debate sobre o tema no Estado.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABRUCIO, Fernando. Os barões da federação: os governadores e a redemocratização brasileira. São Paulo: Hucitec/ Departamento de Ciência Política, USP, 1998.

ADILSON FILHO, J. Família, tradição e poder na modernidade brasileira: . Raízes: Revista de Ciências Sociais e Econômicas, v. 33, n. 1, p. 53-67, 13 ago. 2013.

ADILSON FILHO, J. Famílias políticas e seus espectros na modernidade brasileira: O caso dos Mendonça de Pernambuco (1966-2016). Disponível em: <http://uece.br/eventos/gthpanpuh/anais/trabalhos_completos/298-45195-16082017-103905.pdf>. Acesso em: 06 dez. 2020.

ALCANTARA, Pedro Henrique. As Elites Contra a Democracia: a Concepção Minimalista no Campo Hegemônico da Teoria Democrática. Crítica e Sociedade: Revista de cultura política. Vol. 7 n. 2, 2017. Disponível em: <<http://www.seer.ufu.br/index.php/criticassociedade/article/view/39981>>. Acessado em: 21 jan 2021.

ARRAES FILHO, Manoel Ricardo. Oligarquias e Elites Políticas no Piauí: 1982-1995. Campinas, SP:[s.n], 2000. 184 p. Dissertação de mestrado- Instituto de de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Campinas.

ARRUDA, Larissa Rodrigues Vacari de; KERBAUY, Sra Teresa Miceli. Estudos sobre Elites Políticas e Poder Local. Revista Política Hoje, [S.l.], v. 25, n. 1, p. 11-40, mar. 2016. ISSN 0104-7094. Disponível em:<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/politicohoje/article/view/3708>>. Acesso em: 06 dez. 2020.

BARNABÉ, Israel Roberto. Elite, Classe Social E Poder Local. v. 4 n. 7, p. 1-16 (1999). Disponível em :<<https://periodicos.fclar.unesp.br/estudos/issue/view/120>>. Acesso em 08 dez. 2020.

BARROS, Taynnan Robert de Oliveira. Política republicana, raízes coloniais: um estudo sobre o coronelismo de Elísio Maia em Pão de Açúcar – AL (1953-1994). Monografia (Licenciatura em História) – Universidade Federal de Alagoas. Curso de História. Delmiro Gouveia, 2019.

BOBBIO, N. Teoria das elites. (2008) In: BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. (orgs.). Dicionário de Política. 13a ed. Brasília: UNB. pp.385-391.

BOBBIO, N; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, G. Dicionário de Política. Tradução Carmen C. Varriale...[et. al.] coordenação da tradução João Ferreira; revisão geral João Ferreira e Luís Guerreiro Pinto Cascais. 5ª ed. -Brasília: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São de Paulo, 2000.

CANÊDO, Letícia Bicalho. As metáforas da família na transmissão do poder político: questões de método. Cadernos CEDES [online]. 1997, v. 18, n. 42 [Acessado 9 Fevereiro 2022] , pp. 29-52. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>>. Epub 05 Maio 1999. ISSN 1678-7110. <https://doi.org/10.1590/S0101-32621997000100004>.

CANÊDO, Letícia Bicalho. (2011), “Um capital político multiplicado no trabalho genealógico”. Revista Pós Ciências Sociais, v. 8, n. 15, pp. 55-75.

CARONE, Edgar. Coronelismo: definição histórica bibliografia. Revista de Administração de Empresas [online]. 1971, v. 11, n. 3 [Acessado 10 Fevereiro 2022] , pp. 85-92. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000300008>>. Epub 28 Maio 2015. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901971000300008>.

CARVALHO, J. M. Elites políticas e construção do Estado. In: A construção da ordem: a elite política imperial. Teatro de sombras: a política imperial. 2ed. Rio de Janeiro: editora UFRJ. Relume Dumará 1996.

_____(1997) Mandonismo, Coronelismo, Clientelismo: Uma Discussão Conceitual. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 40, n. 2, p. , 1997 . Disponível em<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52581997000200003&lng=pt&nrm=iso>. acessos em 25 ago. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0011-52581997000200003>.

CASTRO, Marco Vinicius. Robert Michels e Joseph Schumpeter: duas Teorias Elitistas da Democracia em Perspectiva Comparativa. Almanaque de Ciência Política- UFES. Vol.2, n 2, 2018. Disponível em : <<https://periodicos.ufes.br/almanaque/article/view/23673>>. Acesso em: 19 jan, 2021.

CODATO, A.; COSTA, L. D.; MASSIMO, L. Classificando ocupações prévias à entrada na política: uma discussão metodológica e um teste empírico. OPINIÃO PÚBLICA, Campinas, vol. 20, no 3, dezembro, 2014, p. 346-362.

DE LIMA, Rafael Nachtigall; BARRETO, Alvaro. A carreira de vereador e a ambição progressiva: análise a partir do caso do Rio Grande do Sul (2002-2010). Pensamento Plural, n. 12, p. 91-115, 2014.

FAORO, Raymundo. Os donos do poder: formação do patrono político brasileiro. Vol.2. 10ª ed.- São Paulo: Globo; Publifolha, 2000. -(Grandes nomes do pensamento brasileiro).

FARIAS FILHO, Milton Cordeiro. **Elites políticas regionais: contornos teórico-metodológicos para identificação de grupos políticos** Rev. bras. Ci. Soc., São Paulo , v. 26, n. 77, p. 175-188, Out. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092011000300014&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 12 Dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092011000300014>.

FERREIRA, Marieta de Moraes e PINTO, Surama Conde Sá. Estado e oligarquias na Primeira República: um balanço das principais tendências historiográficas. Tempo [online]. 2017, v. 23, n. 3 [Acessado 20 Janeiro 2022] , pp. 422-442. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2017v230301>>. ISSN 1980-542X. <https://doi.org/10.1590/TEM-1980-542X2017v230301>.

FORJAZ, Maria Cecília Spina Coronelismo, enxada e voto. Revista de Administração de Empresas [online]. 1978, v. 18, n. 1 [Acessado 4 Janeiro 2022] , pp. 105-108. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S0034-75901978000100016>>. Epub 08 Ago 2013. ISSN 2178-938X. <https://doi.org/10.1590/S0034-75901978000100016>.

FUKUYAMA, Francis. Confiança: As Virtudes Sociais e a Criação da Prosperidade. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

GRYNSZPAN, Mario. A teoria das elites e sua genealogia consagrada. Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais. Rio de Janeiro: Dumará, 1996.

GIMENES, Éder Rodrigo. Teoria das elites e as elites do poder: considerações sobre a relevância dos teóricos clássicos e de Wright Mills aos estudos de cultura política e democracia. Revista de Discentes de Ciência Política da UFSCAR. Vol.2 – n.2 – 2014

HEINZ, Flavio. (org.). História Social de Elites. São Leopoldo-RS, Editora Oikos, 2011.

_____(org.) (2006) Por outra história das elites. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas.

HOLLANDA, Cristina B. (2011) Teoria das Elites. Rio de Janeiro: Zahar.

KERBAUY, Maria Teresa Miceli. (2000) A morte dos coronéis: política interiorana e poder Local. São Paulo: Cultura Acadêmica Editora.

_____(1979) Poder político local, do coronelismo ao populismo (um estudo de caso – São Paulo). Dissertação (Mestrado em Ciência Política) Pós-Graduação em Ciência Política. Pontifícia Universidade Católica, São Paulo, 1979.

LEAL, Victor Nunes. Coronelismo, enxada e voto: o município e o regime representativo no Brasil. 3 ed. Rio de Janeiro: Editora Nova Fronteira, 1997.

LEMOS, João Ribeiro de. **Coruripe: sua história, sua gente, suas instituições**. Maceió: Ed. do autor, 1999.

MARTINS, Paulo Emílio Matos; MOURA, Leandro Souza; IMASATO, Takeyoshi. Coronelismo: um referente anacrônico no espaço organizacional brasileiro contemporâneo?. **Organ. Soc.**, Salvador , v. 18, n. 58, p. 389-402, Sept. 2011 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1984-92302011000300003&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 dez. 2020. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302011000300003>.

MELO, M Rodrigues de. Patriarcas e carreiros. Rio de Janeiro, Pongetti, 1954. 273 p.

MICHELS, R (1982). Sociologia dos partidos políticos. Brasília: Universidade de Brasília.

MIGUEL, Luis Felipe; MARQUES, Danusa; MACHADO, Carlos. Capital Familiar e Carreira Política no Brasil: Gênero, Partido e Região nas Trajetórias para a Câmara dos Deputados. **Dados**, Rio de Janeiro , v. 58,n. 3,p. 721-747, Set. 2015 . Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0011-52582015000300721&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 15 Jan. 2021.

MONTEIRO, L. Estudos de elites políticas e sociais: as contribuições da Sociologia e da História. *Sociedade e Cultura*, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 25–32, 2009. DOI: 10.5216/sec.v12i1.4864. Disponível em: <https://www.revistas.ufg.br/fcs/article/view/4864>. Acesso em: 28 jan. 2022.

MOSCA, G. 1954. “A Classe Dirigente”. IN: SOUZA, A. Sociologia Política. Rio de Janeiro: Jorge Zahar editora, pp.51-59.

NETO, Jonas José de Matos. **Concepções e Práticas no Município de Pão de Açúcar- AL**. São Cristóvão- SE, 2012. 107 p. Dissertação (Antropologia) - Pós-Graduação em Antropologia, Universidade Federal de Sergipe.

NOBRE, Maria Cristina de Queiroz. Herança familiar na política: retrato dos limites da democracia no Brasil contemporâneo. **Rev. katálysis**, Florianópolis , v. 20,n. 3,p. 430-438, Dez. 2017 . Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1414-49802017000300430&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 Dez.2020. <https://doi.org/10.1590/1982-02592017v20n3p430> .

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. Prefeitos de capitais de famílias eleitorais em 2016. *Revista NEP - Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 3, n. 1, pág. 305-312, maio de 2017.

OLIVEIRA, Ricardo Costa de. et al. Família, parentesco, instituições e poder no Brasil: retomada e atualização de uma agenda de pesquisa. *Revista Brasileira de Sociologia*. Vol. 05, nº 11, set/dez/2017. Disponível em: <http://dx.doi.org/10.20336/rbs.225>. Acessado em: 12 Dez,2020.

PARETO, Vilfredo. Pareto. (1984) Coleção Grandes Cientistas Sociais, n. 43, São Paulo, Ática.

PERISSINOTTO, Renato M. (2009) As elites políticas: questões de teoria e método. Curitiba: IBPEX.

PERISSINOTTO, Renato M .; CODATO, Adriano. Apresentação: por um retorno à Sociologia das Elites. *Rev. Sociol.Polit.*, Curitiba, v. 16, n.30, pág.7 a 15 de junho de 2008. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-44782008000100002&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 16 de janeiro de 2021. <https://doi.org/10.1590/S0104-44782008000100002> .

PIMENTEL, Vanuccio Medeiros (2014). A primazia dos Clãs: a família na política nordestina. Tese de doutorado em Ciência Política. Recife: Universidade Federal de Pernambuco UFPE.

RAPOSO, Eduardo de Vasconcelos. As elites políticas brasileiras: uma proposta de abordagem. *Perspectivas*, São Paulo, v. 53, p. 159-177, jan./jun. 2019.

REIS, Eliana Tavares dos; GRILL, Igor Gastal. Estudos de elites políticas e como bases das multinotabilidades no Brasil. *Tempo soc.*, São Paulo, v. 29, n.3, pág.137-159, dezembro de 2017. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-20702017000300137&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 12 de dezembro de 2020. <https://doi.org/10.11606/0103-2070.ts.2017.125888>.

RIBEIRO, Pedro Floriano. A lei da oligarquia de Michels: modos de usar. *Rev. Bras. Ci. Soc.*, São Paulo, v. 29, n. 85, pág. 179-193, junho de 2014. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-69092014000200012&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 08 de dezembro de 2020. <https://doi.org/10.1590/S0102-69092014000200012>.

ROCHA, Marta Mendes da. Governismo local: relação Executivo-Legislativo em municípios do estado de Minas Gerais. *Opinião Pública* [online]. 2021, v. 27, n. 1 [Acessado 13 Abril 2022], pp. 189-229. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/1807-01912021271189>>. Epub 04 Jun 2021. ISSN 1807-0191. <https://doi.org/10.1590/1807-01912021271189>.

SAES, Décio. (1994) Uma contribuição à crítica da teoria das elites. *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba. No3. pp.7-20.

SARDINHA, Edson. (2017), “Congresso, um negócio de família”. *Congresso em Foco*, ano 6, n. 26, pp. 36-46.

SCHMOKEL, F.; MIRANDA, C.; COLVERO, R. Elitismo e democracia: uma exposição teórica. III Seminário Internacional de Ciências Sociais - Ciência Política, Universidade Federal do Pampa, agosto de 2014. Disponível em: <<http://cursos.unipampa.edu.br/cursos/cienciapolitica/files/2014/06/Elitismo-e-democracia.pdf>>. Acesso em 19 de jan de 2021.

SCHUMPETER, Joseph A. *Capitalismo, Socialismo e Democracia*. São Paulo: Editora da UNESP, 2017.

TENÓRIO, Douglas Apprato. *A metamorfose das oligarquias*. Curitiba, HD Livros, 1997.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 1994. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1994/resultados-das-eleicoes-1994/alagoas/resultados-das-eleicoes-1994-alagoas-deputado-estadual>>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 1996. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1996/resultados-das-eleicoes>>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 1998. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-1998/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-de-1998>>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2000. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2000/resultado-da-eleicao-2000>>. Acesso em: 18 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2004. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2004/candidaturas-votacao-e-resultados/resultado-da-eleicao-2004>>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2006. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/eleicoes-antiores/eleicoes-2006/candidaturas-e-resultados/resultado-da-eleicao-2006>>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2008. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=150:5:::NO:RP::>>. Acesso em: 20 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2010. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=201003:101:::NO::>>. Acesso em: 22 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2012. Disponível em: <<https://sig.tse.jus.br/ords/dwtse/f?p=201203:101:::>>. Acesso em: 27 de abr. 2021.

TRIBUNAL REGIONAL ELEITORAL ALAGOAS. Consulta do Resultado Eleições 2014. Disponível em: <<https://www.tre-al.jus.br/eleicoes/eleicoes-2014/resultado-das-eleicoes-2014-1o-turno>>. Acesso em 27 de abr. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2016. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 05 de mai. 2021.

TRIBUNAL SUPERIOR ELEITORAL. Consulta do Resultado Eleições 2018. Disponível em: <<https://www.tse.jus.br/eleicoes/estatisticas/estatisticas-eleitorais>>. Acesso em: 02 de jun. 2021.

WANDERLEY, Thereza B. S (Org.). **Coruripe Cultivando Raízes: mapeamento cultural de Coruripe e sua geografia humana**. Coruripe-Alagoas, abril de 2008.